

AS IDEIAS POLÍTICAS DE VARNHAGEN NO MEMORIAL ORGÂNICO (1849-1850-1851)

Ana Priscila de Sousa Sá¹

Em 2016, comemorou-se o bicentenário de nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen. Desde jovem se tem notícias das viagens, de arquivo em arquivo, coletando, coligindo, copiando, anotando e projetando sua obra. A letra V que Oliveira Lima encontrou grafada no canto inferior das páginas de muitos documentos na Torre do Tombo, em Lisboa, quando pesquisava para sua própria obra, era de um antecessor seu que, anos atrás, já havia também ali pesquisado. Num texto elogioso, o pernambucano afirmou ter sido Varnhagen o mais notório estudioso do passado brasileiro. Um trecho de sua fala no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, tendo escolhido o sorocabano como patrono da cadeira número 39, ajuda no argumento deste texto: Varnhagen “tinha ideias” e suas “ideias eram práticas” (LIMA, 1903, s/p.).

Varnhagen elaborou um modelo de como deveria ser a nação brasileira, a ser construída em meados do século XIX. Nascido em Sorocaba, São Paulo, e com formação intelectual na Europa do início daquele século, onde atuou como diplomata até o fim da vida (historiador-diplomata), o projeto de nação por ele delineado ao longo de sua obra teve em um trabalho escrito entre 1849 e 1850 sua forma e conteúdo programático mais metodicamente traçado: o *Memorial orgânico*.

Como um programa de Estado que visava a reorganização político-administrativa nacional, uma proposta teórica complementada por um plano de ações (WEHLING, 2013b, p. 161)², o *Memorial* foi publicado em Madri, quando era Encarregado da Legação Imperial na Espanha e teve três edições seguidas: a primeira parte (1849, em Madri, anônima), a segunda parte (1850, em Madri, anônima) e uma reedição parcial do texto da primeira parte (1851, publicada na Revista Guanabara do Rio de Janeiro, assinada). A estrutura da reedição de 1851 (mesma de 1849) foi dividida em três capítulos. No Capítulo I, *Alguns enunciados*, Varnhagen apontou o que seriam os principais problemas que o Império do Brasil enfrentava em meados do século XIX: indefinição das fronteiras, inadequada divisão das províncias, falta de comunicação interna, inapropriada localização da capital, elevado número de negros e

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão – PPGHis/UFMA. Bolsista Capes.

² Atuação de Varnhagen na diplomacia imperial. 1842-1847: Lisboa/Portugal; 1847-1858: Madri/Espanha; 1859: Paraguai; 1861-1863: Venezuela (cumulativamente com a representação na Colômbia e Equador); 1863-1867: Peru (cumulativamente com Chile e Equador); 1868-1878: Viena/Áustria.

índios, contrastando com o reduzido contingente de colonos europeus. Em *Justificação do que fica dito* (Capítulo 2), explicou cada um dos aspectos levantados no capítulo anterior. No terceiro capítulo, *Solução e remédios*, defendeu uma série de medidas para solucionar os problemas diagnosticados.

Arno Wehling classificou o *Memorial* como uma obra de reflexão política que se destaca da temática dominante na obra do autor, isto é, o enfoque na abordagem histórica (WEHLING, 1999, p. 51). Esse argumento é útil se pensar a abordagem geral do opúsculo, que realmente se debruçou sobre questões políticas em debate na metade do Oitocentos. No entanto, é possível perceber que o elemento que apoia a discussão dessas questões é a recorrência à experiência histórica. É inegável que a história tem um lugar privilegiado no plano de ações varnhageniano. Aliás, o conhecimento histórico é utilizado como um instrumento orientador deste, fato observável pelas várias recorrências a eventos passados e pensadores antigos, até como forma de justificar a pertinência de suas proposições ao longo do texto. A experiência histórica foi acionada para a resolução de conflitos do presente.

É preciso assinalar que Varnhagen não foi um saudosista do passado, mas buscou nas pesquisas históricas respostas para as questões do presente. Não era um retorno a algum tempo distante, mas o entendimento de que dele era possível extrair ensinamentos para resolver problemas do seu tempo, no seu tempo e numa projeção de futuro. Ao lado das questões de seu momento histórico, outro fator que influenciava na forma como Varnhagen via a história era sua posição de monarquista convicto e fiel à dinastia Bragança. Convicção expressa no prefácio do Tomo I da *História Geral do Brasil* (1854), quando confessou que:

Politicamente, sendo por fortes convicções monarquistas, admiramos também a bela instituição das nossas assembleias anuais, fomentadoras da integridade da nação, atalaias do seu governo e fiscais dos próprios tributos; e rebelamo-nos sempre contra todo o exclusivismo de poderes, contra toda absurda tirania, contra todo arbitrário absolutismo, parta donde parta (VARNHAGEN, 1857, p. X).

Deste trecho é possível depreender algumas orientações políticas do historiador. Assumido defensor da monarquia constitucional, pode-se falar em um conservadorismo reformista do liberal Varnhagen (WEHLING, 2013b, p. 191), pois ao tempo em que pensava pelo prisma da conservação da ordem institucional e da unidade nacional, também defendia as liberdades individuais e a iniciativa privada, contra as exagerações da tirania, e o aperfeiçoamento do modelo de governo via reformas político-administrativas.

No *Memorial*, postulou que a missão do jovem imperador D. Pedro II, o primeiro nascido na América, era ser o organizador do Império. Organizar, a propósito, é um verbo adequado para aludir à obra em questão, porque as seis medidas propostas nela, a saber, uma redivisão territorial, mudança da capital para o interior, abertura das comunicações gerais, extinção do tráfico de escravos, civilização dos índios por tutela e colonização europeia por grupos, objetivavam organizar político-administrativamente o território e a população do Império. Um traço a se destacar desse conjunto era a atualidade que tais ideias tinham no debate político mais amplo do período, posto serem questões que estavam na agenda política na metade do século.

Tendo em vista que a obra de Varnhagen foi/é muito estudada, porém nem tantos trabalhos deram a devida atenção ao *Memorial*, a proposta é contribuir com uma leitura sobre a temática em questão, chamando atenção para sua relevância no conjunto da obra varnhageniana e, por extensão, da historiografia brasileira oitocentista. Por relevância do *Memorial orgânico* entendo a necessidade de compreendê-lo como um projeto político escrito por um historiador, que veio a ser chamado “pai” da moderna historiografia brasileira e que foi produzido num momento importante da história do Brasil, o período de consolidação do Estado imperial em meados do século XIX.

Memorial orgânico, ou construindo a nação compacta

Nem todos os grandes intelectos que se envolveram no discurso político de uma época se envolveram, direta ou indiretamente, em uma teorização política sistemática (POCOCK, 2003, p. 50), Varnhagen não foi membro de nenhum partido político, mas sua obra historiográfica é, igualmente, uma obra política, além da atuação na diplomacia. O contexto de escrita de Varnhagen foi marcado pela preocupação em se manter a unidade nacional. Assim, ao menos três ideias políticas fundamentais se cruzaram em sua obra: centralismo, estatismo monárquico e nacionalismo.

A ideia de centralismo já apareceu numa carta de 5 de outubro de 1839, remetida ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na ocasião, Varnhagen anunciou a submissão das *Reflexões críticas* (1839) à apreciação do Instituto e, ao final da correspondência, informou que, futuramente, escreveria uma “extensa Geographia Physica do Brazil, e sobre ella fundar um projecto de divisão e subdivisão territoriaes, local mais conveniente para a capital do Imperio, etc.”

(VARNHAGEN, 1961, p. 40). Varnhagen pensava a conformação territorial do Brasil subordinada a um princípio de centralidade, isto é, o centro administrativo deveria estar localizado na região central do país, daí a proposta de um *local mais conveniente para a capital*.

A produção de Varnhagen foi pensada visando consolidar o sistema unitário e a monarquia, pois entendia que o ideal monárquico asseguraria a unidade, diferentemente do republicano que só levaria ao esfacelamento, como o fizera na América espanhola, daí a necessidade de um Estado forte e centralizado. Em Varnhagen, o Estado se apresentava como “epicentro da Nação” e como elemento organizador e aperfeiçoador pedagógico da sociedade, porque representa a civilização, a lei e a ordem; e sua ausência, a selvageria, o predomínio da força e a desarticulação social (WEHLING, 1999, p. 86). Qualquer movimento que se pusesse contra o Estado era, para ele, um atentado contra a nação, pois acreditava que a existência de uma Nação e de um povo só era possível graças ao papel desempenhado por aquele no seu processo de formação; argumento que explica a razão do desprezo que sentia pelos movimentos autonomistas, como a Revolução Pernambucana de 1817, por exemplo.

Analisando a concepção de Estado na obra varnhageniana, Arno Wehling assinalou que o historiador combinou elementos de uma perspectiva hobbesiana-hegeliana que atribuía ao Estado o papel de organizador da sociedade. Da filosofia política iluminista, encontrava-se uma defesa do equilíbrio do poder, para evitar a hipertrofia de um sobre os outros, provavelmente por influência da leitura de Montesquieu. De todo modo, mesmo que suas posições teóricas viessem da Europa, a adequação aos condicionamentos da política brasileira foi por ele praticada com grande senso de realidade (WEHLING, 2013a, p. 201-205). Como Varnhagen lembrou no *Memorial*, era preciso estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil, portanto, conhecer a experiência histórica brasileira e de suas raízes ibéricas para aplicá-las ao país.

Aproximar a noção de Estado em Varnhagen com o Leviatã de Thomas Hobbes implica um exercício de identificar na obra do historiador brasileiro passagens que permitam tal associação, e o próprio *Memorial* pode ajudar nessa tarefa. Na segunda parte do Leviatã, Hobbes explicou que “Quando os homens se aborrecem com as mútuas irregularidades, desejam, de todo o coração, aproximar-se e permanecer dentro de um edifício sólido e duradouro, [...] mas não conseguem, sem a ajuda de um arquiteto muito hábil”, de modo que “A missão do soberano consiste no fim para o qual foi investido com o soberano poder, que não é outro senão o de obter a segurança do povo” (HOBBS, 2012, p. 255-256). Como

Hobbes, Varnhagen se debruçou sobre as questões do enfraquecimento do Estado por agentes internos e o papel do soberano. A “desordem intestina” que poderia concorrer para a dissolução do Estado atendia pelos nomes de *bairrismo*, índios e escravos. As *soluções* para ambos os problemas apareceram no *Memorial* na forma das seis medidas citadas anteriormente. Também como em Hobbes, o soberano era o *arquiteto muito hábil* que deveria zelar pela conservação do *edifício*, não o deixando ruir.

Ainda na carta à Cunha Barbosa, Varnhagen afirmava que o governo deveria “alimentar o espírito de nacionalidade” e “ter presente que são a primeira base talvez desta, a história e o conhecimento do paiz natal” (VARNHAGEN, 1961, p. 40). Para o sorocabano, o “todo” deveria prevalecer em detrimento das “partes”, ou seja, a unidade nacional era o mais importante e o provincialismo, pernicioso, porque impedia a criação e difusão de um sentimento de pertencimento verdadeiramente nacional. O *bairrismo* era um entrave à construção de uma *nação compacta*, num território íntegro.

Em Varnhagen, a nação era algo que se construía naquele momento histórico, por meio da *vontade política*, e cujos antecedentes mais remotos identificava na literatura árcade, ou nas lutas contra os holandeses, no século XVII.

A atuação de intelectuais como o *Sr. Visconde* acontecia em dois campos: o político e o cultural. Grande parte desses intelectuais que circulavam pelo ambiente da Corte tinha alguma formação acadêmica, eram políticos, ou ocuparam algum posto na burocracia imperial, e também adquiriram algum título de nobreza. Varnhagen, por exemplo, foi historiador, diplomata, barão e depois visconde de Porto Seguro. É complicado determinar onde começa o cultural e termina o político para esses homens que, a partir do Estado, ainda não completamente estabelecido, tinham a missão de forjar uma nação.

A história nacional varnhageniana era a história da “civilização”, portanto, a história da conquista e ocupação do território pelo colonizador europeu. Uma história que permitiria ao povo sentir-se partícipe do todo único da nacionalidade brasileira, afastando-se do provincialismo, ao evitar que os interesses locais e parciais se colocassem acima dos interesses gerais. Por isso conhecer o Brasil pelo próprio Brasil era essencial.

Para tentar entender o sentido de um texto político é preciso contrastá-lo com o contexto histórico dentro do qual foi produzido, obtendo informações acerca do grupo social do autor, a conjuntura em que escreveu sua obra, seus interesses intelectuais, seus engajamentos políticos, etc. (LOPES, 2004, p. 86). Nesse sentido, observar os “anos de formação” de Varnhagen é interessante para pensar o autor e sua obra, e disso se

depreende um aspecto essencial: ele quis ser “brasileiro”, e um dos grandes. Essa produção foi escrita por um agente do discurso político que partiu de um lugar, num contexto particular, com uma “intenção”, e direcionado a um público específico.

Como já exposto, a obra varnhageniana insere-se no contexto de consolidação do Estado brasileiro, em meados do século XIX. Era membro do IHGB, instituição criada com o objetivo de escrever a história nacional, como pressuposto para a construção da Nação brasileira. Varnhagen foi o historiador “oficial” do Império, e essa foi a tarefa na qual trabalhou até sua morte, em 1878. Então, pode-se questionar: o que Varnhagen estava “fazendo” ao escrever seus textos (SKINNER, 1996, p. 13)? Ou, no interesse mais direto deste trabalho, o que Varnhagen estava “fazendo” ao escrever o *Memorial orgânico*?

Não se deve pensar um texto isolado das circunstâncias em que ele surgiu, e o contexto no qual o *Memorial orgânico* foi concebido e publicado era o de fins da década de 1840. No plano europeu, as revoluções de 1848 expunham mudanças estruturais, como os últimos conflitos entre os adeptos do Antigo Regime e os da Revolução. Na Europa central, caía Metternich, porta-voz da Restauração pregada pela Santa Aliança, e a servidão é abolida; e, na França, onde liberais e socialistas acabaram provocando a queda da Monarquia de Julho, instalou-se no poder uma República burguesa e depois um novo Império. Na Espanha, onde Varnhagen se encontrava, havia conflito entre os partidários da monarquia constitucional e os carlistas, estes defensores da tradicional monarquia pactista espanhola anterior aos Bourbons (WEHLING, 2016, p. 53).

Segundo Quentin Skinner, “um discurso, além de ter um significado, é também uma ação” (SKINNER, 1998, p. 6). Dessa maneira, embora tenha ficado um tanto obscurecido no conjunto da vasta obra de Varnhagen, o *Memorial* pode ser colocado como um texto importante do pensamento político do Brasil, na metade do século XIX, porque trata diretamente de questões que estavam na agenda política naquele momento.

A já citada carta de 5 de outubro de 1839 adiantava duas medidas propostas por Varnhagen no *Memorial*, o que evidencia que tal opúsculo é a culminância de reflexões há muito projetadas pelo autor. O plano teórico trazia o debate sobre a *redivisão territorial* do país, que já vinha sendo discutido no Parlamento. No Senado, o futuro marquês de Abrantes sugeria que algumas áreas fossem definidas como os territórios norte-americanos, opção que Varnhagen acolheu como alternativa em sua proposta (WEHLING, 2016, p. 56).

A transferência da capital do Brasil para o interior já era assunto debatido bem antes da publicação da obra de Varnhagen. Já haviam defendido essa ideia, José Bonifácio, em

memória à Constituinte de 1823, Hipólito José da Costa, no Correio Braziliense e, antes disso, já em 1810, o chanceler Vellozo de Oliveira. Quando da proclamação da Independência falou-se em mudar a capital para um ponto mais central, todavia, alcançava a metade do século e nada de concreto, e quem “ousava” mencionar o assunto corria um sério risco de ser taxado como visionário ou utopista. Assim, Varnhagen não foi o primeiro, mas foi o que defendeu de forma mais substancial a *mudança da capital para o interior*, inclusive, determinando a localização exata de onde se deveria construir a nova sede política e administrativa do Império¹.

Era preciso que se fizesse a *abertura das comunicações gerais*, abrir a estrada imperial para ligar as regiões do Império, fomentar a colonização dos fertilíssimos sertões, aumentando a rala demografia nele existente, e estimulando o comércio interno. Varnhagen acreditava tanto no potencial produtivo do sertão brasileiro que via nele o espaço de onde adviria os recursos para a sustentação da economia nacional, que se desenvolveria a partir da ocupação dos imensos vazios e da sua conseqüente exploração. O *fertilíssimo* interior carregaria o futuro da nação, e ainda legaria para o Império outra força essencial, a *segurança*, é pensando nisso que propõe a retirada da capital da área litorânea: à beira-mar, uma cidade fica mais exposta ao ataque inimigo. Varnhagen propunha organizar o território em partes subordinadas ao todo por meio de iniciativas de uma redivisão voltada para a funcionalidade e a integração. Ele destaca a importância da centralidade ao apontar a necessidade de se racionalizar a inscrição do Estado no espaço (PEIXOTO, 2005, p. 335), por meio da elaboração de um plano de defesa que conservasse as comunicações internas e pela transferência da capital para uma localização capaz de fomentar o desenvolvimento e resguardar o centro do poder.

O recorte 1848-1850 é particularmente significativo para a história política do Império. De caráter liberal e última das revoltas provinciais ligada às lutas político-partidárias que marcaram o período regencial e o início do Segundo Reinado, a Revolução Praieira eclodiu em Pernambuco em 1848. Mesmo ano da ascensão do gabinete liderado por Eusébio de Queiroz, Paulino Soares de Sousa (futuro visconde do Uruguai) e Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), figuras de proa do Partido Conservador, e que aprovou

³ Em 1877, viajou ao Planalto Central objetivando escolher a melhor localização para o novo *coração do Império*. O empreendimento serviu para “comprovar”, *in loco*, a correção de seus estudos sobre a geografia e o clima da região, e a necessidade da criação de sistemas de comunicações, questões por ele tratadas no *Memorial*, 28 anos antes. De volta ao posto em Viena, o relato da viagem foi publicado no trabalho intitulado *A questão da capital: marítima ou no interior?*, saído no mesmo ano.

leis de grande importância como a de extinção do tráfico de escravos, a Lei de Terras e o Código Comercial, todas de 1850.

Em 1849, também foi publicado o incendiário “O libelo do povo”, panfleto assinado por “Timandro”, pseudônimo utilizado pelo então liberal Sales Torres Homem. Nesse que é um dos textos políticos mais famosos do Segundo Reinado, “Timandro” fez desfilar a ascendência do jovem imperador D. Pedro II, numa sucessão de impropérios, tais como: D. Maria I, uma pobre louca; D. João VI, suspeito, beato sem fé e sem costumes; D. Pedro I, um déspota; e, finalmente, D. Pedro II foi acusado principalmente de complacência (MAGALHÃES JR., 2009, p. 17). Um texto mais próximo da abordagem feita por Varnhagen pode ser o panfleto de Justiniano José da Rocha, de 1855. Em “Ação; Reação; Transação”, o jornalista ligado ao Partido Conservador afirmou que, “na luta eterna da autoridade com a liberdade, há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização” (ROCHA, 2009, p. 159).

Pela cronologia de Justiniano Rocha, o momento em que Varnhagen redigiu o *Memorial* se enquadra no período da Reação, este que se estendeu de 1836 a 1852, e que se distinguiu pela luta da reação monárquica, acabando pela Maioridade, e abrindo caminho para o domínio do princípio monárquico. Era exatamente a partir desse domínio do princípio monárquico que Varnhagen enxergava a viabilidade da formação da nação brasileira, um pensamento, portanto, que tem por válido o dizer de Eric Hobsbawm, segundo o qual, “as Nações não formamos Estado e o nacionalismo, mas sim o oposto”, pois “para os governos, o item central na equação Estado = nação = povo era plenamente, o Estado” (HOBSBAWM, 1990, p. 19-35).

Aí jaz o estatismo de Varnhagen, o próprio *Memorial* foi oferecido aos dirigentes do Império, proclamando que era preciso “coragem política para levar avante medidas embora vitais ao país, mas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura”, culminando com a formação de ministérios com políticos “mandando mais ou menos todos, poucos governando”; o resultado é que o Brasil “depois de um quarto de século (de independente) acha-se quasi na mesma; e com ar mais de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta” (VARNHAGEN, 1851, p. 358-359).

Varnhagen não fez menção a esses panfletos, mas é interessante colocá-los em relação, posto que são obras saídas no mesmo ano (caso de “O libelo do povo” e o *Memorial*), ou um pouco depois (“Ação; Reação; Transação”), e que tem um terreno comum: tratam da

conjuntura política do período. Conforme assinalado por John Pocock, o historiador do discurso político deve também se debruçar sobre as correspondências, textos secundários e panfletos do período que estuda a fim de traçar possibilidades mais concretas de entendimento do que tem como alvo (POCOCK, 2003, p. 23).

Como um projeto político escrito por um historiador, a experiência histórica é essencial na conformação da proposta varnhageniana. O Oitocentos foi denominado “século da História”, mas também já se disse que foi a era da “construção das nações”, talvez a conexão entre ambas possa ser explicada pela seguinte assertiva: no “longo” século XIX, a história serviu, antes de tudo, para construir uma ideia de Nação. E, em Varnhagen, a Nação tinha contorno definido: era branca e europeia. Utilizarei a seguinte metáfora de Karl von Martius, colocada na famosa dissertação “Como se deve escrever a história do Brasil”, de 1843, e que ajuda a pensar as propostas de Varnhagen para organizar a população brasileira: “o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica” (MARTIUS, 1845, p. 382-383)¹. O programa de von Martius lançou a tese de que a história brasileira é caracterizada pela “mescla” das três raças.

Para Varnhagen, das três raças em questão, isto é, colonizador europeu, índio e negro, duas eram consideradas “inimigos internos”. Por isso, propôs a *extinção do tráfico*. Acreditava ser “[...] cegueira ou perversidade proteger a entrada de mais africanos”, visto que “a escravatura dos africanos torna o paiz escravo de si próprio” (VARNHAGEN, 1851, p. 363-391). A existência de negros escravizados dentro do Império era indício de ameaça constante à conservação da ordem; a entrada de mais cativos era a intensificação desse perigo. Completa dizendo que:

Foram considerações de estado, mais que de caridade e de economia política, que pesaram em nossas opiniões. Temos a escravatura por licita, e até conforme o Evangelho e com o voto dos publicistas, quando necessária para a segurança do estado, e melhor governo dos captivos. Cremol-a illicita, barbara e impolitica quando é possível evital-a, e isso se não faz (VARNHAGEN, 1851, p. 392).

De fato, o tráfico foi extinto em 1850, sob a pena de Eusébio de Queiroz. Também Varnhagen padecia do “haitianismo”, o receio de o Brasil conhecer um episódio de rebelião escrava como ocorrera no Haiti. As *considerações de estado* se estendiam à questão indígena, o ponto que gerou polêmica com a publicação, sobretudo, da reedição de 1851. Também

¹ A dissertação ganhou o concurso promovido pelo IHGB e se tornou um dos “textos de fundação” da historiografia brasileira.

conforme o *voto dos publicistas*, via os *índios bravios* como potenciais provocadores de uma *rebelião armada* dentro do Império. Declarando estar a encarar a questão “pelo lado para nós mais symphatico, pelo que mais falla ao sentimento”, o autor assinalou que devemos:

consideramos-los nossos irmaons orfaons desamparados e necessitados de tutela. Mas, se os consideramos estranhos ao pacto social, se os reputamos uma naçam forasteira que nos molesta e prejudica, temos todo o direito de conquistal-os, e nam há direito de conquista mais justo que o da civilisaçam sobre a barbárie (VARNHAGEN, 1850, p. 11).

Qual era o “lance” de Varnhagen? Falar na intencionalidade do autor não se refere ao significado dos textos, mas ao significado do ato de escrever o texto (LOPES, 2011, p. 178), e quando propôs a *civilização dos índios por tutela* forçada, com a volta do sistema de bandeiras do século XVIII, Varnhagen sabia que seria criticado, inclusive pelos seus pares do IHGB. A aversão ao que chamava de *perigoso patriotismo caboclo* rendeu algumas polémicas, mas destacarei apenas o texto de Manuel Antonio de Almeida, porque foi escrito como uma “resposta” direta ao *Memorial*, em dezembro de 1851, logo depois da publicação na Revista Guanabara.

Almeida diz não poder “conter a indignação diante de semelhante doutrina; é o maior escândalo que se pode fazer ao bom senso!... Quinze anos de humilhação, quinze anos de sujeição aos ferros, ao tronco, ao azorrague, para fazer um bom cidadão!” (ALMEIDA, 1851, s/p). O literato se refere à ideia de que, capturados os indígenas, estes seriam adotados por famílias que os educariam nos princípios civilizados e da moral cristã, por um período de 15 ou 20 anos, sendo então devolvidos à sociedade, e compondo a mão-de-obra nacional após o fim da escravidão.

Varnhagen falou direto aos *philo-tapuyas*, ou seja, os escritores da corrente romântica indianista. Defendendo a *avassalagem*, que Almeida traduziu por “escravidão disfarçada”, enunciou que:

Há hoje em dia uma tal praga de falsos philanthropos, graças a Rousseau, ou a Voltaire, ou a não sei quem, que a gente em matéria de índios não póde dizer palavra, sem que lhe caiam em cima os franchinotes, com estas e aquellas sedições theorias pseudophilantropicas (VARNHAGEN, 1851, p. 392).

Dentre as coisas importantes que precisam ser estudadas num texto político, além do próprio texto, é tentar compreender qual havia sido as motivações do autor, se ele estava, por exemplo, satirizando, repudiando, ou aceitando outras ideias e argumentações (SKINNER,

1998, p. 6). Nesse caso, Varnhagen estava contestando a tese *pseudophilantropica* que postulava o índio como genuíno representante da nacionalidade brasileira. Em sua opinião, os *selvagens* eram indivíduos que não contribuíam para o engrandecimento da nação, apenas prejudicavam a imagem do Brasil no exterior, por comportar tal *cáfila de cannibaes*.

A constituição demasiada heterogênea da população brasileira não propiciava a formação de uma Nação compacta. Por fim, Varnhagen propôs o estímulo à *colonização europeia*, mas antes se fazia essencial a promulgação de outra Lei agrária que promovesse a vinda de novos povoadores. Menciona a Lei de Terras, de 1850, todavia ainda esperava ver aprovada uma “uma verdadeira lei promotora da colonisaçam branca” (VARNHAGEN, 1850, p. 13). Pensando num processo de miscigenação, postulou que em um ou dois séculos o Brasil seria uma Nação branca, pois se ia *equilibrando as raças*, ao misturarem-se *em cor e em tudo* sendo, nesse sentido, o primeiro a formular concretamente a tese do branqueamento da população brasileira, via assimilação das “raças inferiores”, pela raça branca “superior”.

As seis medidas planejadas por Varnhagen buscavam fortalecer o Império, explorando o potencial do interior do país, povoando-o. Em suas palavras à D. Pedro II, “o empenho principal que me guiou a penna do *Memorial Orgânico* foi promover desde já com a maior segurança possível a unidade e a integridade do Imperio *futuro*, objeto constante do meu cogitar” (VARNHAGEN, 1961, p. 246). A preocupação com o *futuro* era atestado pelo conhecimento do passado, visto que em vários trechos do opúsculo foram citados exemplos históricos para reforçar a ideia exposta. Assim, por exemplo, “o triunfo exclusivo dos africanos no Haity é um aviso a todos os pardos da América, sobre a sorte que os esperaria, se elles se unissem aos negros contra os brancos” (VARNHAGEN, 1850, p. 10) era o argumento retórico usado para propor a extinção do comércio de escravos.

A edição saída em outubro/novembro de 1851, Varnhagen ofereceu à *Naçam*, para que todos os cidadãos pudessem avaliar, julgar e serem corresponsáveis pela implementação das ideias ali apresentadas. Assim, apresenta-se como um patriota que se entrega ao sacrifício da censura alheia na defesa de ideias justas; o que configura uma estratégia retórica de convencimento do leitor (OLIVEIRA, 2005, p. 2). Informava que as proposições que apresentaria não visavam a sua autopromoção, e lembra que nas edições de 1849/1850 optou por se apresentar de *viseira calada*, porque preferiu que suas ideias “chegassem a ser ajuizadas segundo a sua valia, sem a prevenção da [sic] nenhuma do autor” (VARNHAGEN, 1851, p. 356). Desse modo, colocava-se mesmo como alguém disposto a *morrer calado* com a Pátria, caso necessário.

De acordo com Skinner, tentar situar um texto em seu contexto adequado não se limita a fornecer um “quadro” histórico para a interpretação, já é o ingresso no próprio ato de interpretar (SKINNER, 1990, p. 13), assim, o *Memorial*, e a obra varnhageniana como um todo, situa-se num período onde a consolidação do poder e a defesa da unidade nacional eram os imperativos. Juntas, as partes deveriam formar o “todo” harmonioso, *compacto*.

Leitor do jurista suíço Emmerich de Vattel, Varnhagen lembrava que toda nação deveria primeiro conhecer-se para poder se aperfeiçoar, dizia que o *espírito de imitação* ou *falta de vontade política*, eram os grandes responsáveis pelo atraso do Brasil, por isso:

[...] acabemos de uma vez como mau habito de estarmos sempre a traduzir leis e a citar a Inglaterra e a macaquear os Estados Unidos. [...] Ouçamos ao joven Brasil suas queixas, e appliquemos-lhe o remédio que nos dicte o bom senso e a historia da formação das naçoens. Estudemos bem o nosso territorio; e á vista dele tratemos de organizar uma administraçam mais facil, mais economica, e um systema de colonisaçam proprio a civilisar a naçam e a formal-a (VARNHAGEN, 1850, p. 4).

Varnhagen traduziu essa ideia de *nação compacta*, numa metáfora biológica: a ideia de que a nação constituía um organismo, no qual os elementos – os diferentes órgãos e membros – cumpririam funções em decorrência de um plano natural, o que explica a adjetivação do título do opúsculo (WEHLING, 2016, p. 85). Esse caráter organicista está expresso, por exemplo, na seguinte passagem da primeira parte do opúsculo onde diz que,

Pusemos o dedo em várias chagas do país para acusar delas a existência, e algumas ainda no capítulo seguinte teremos que descobri-las melhor. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que ele se conheça e se trate de sua cura, sobretudo quando a temos por fácil. Se julgássemos um só desses males incurável, teríamos igualmente patriotismo bastante para ocultá-lo, e se víssemos que ele produziria a infalível morte da pátria, também a amamos bastante para que tivéramos a coragem de caladamente morrer com ela (VARNHAGEN, 2016, p. 110).

Ao falar em *chagas e males*, Varnhagen está concebendo o Império como um “corpo enfermo” que, se não *curado*, acabará *morrendo*. A própria estrutura do *Memorial* se assemelha a um “procedimento médico”: a) são detectadas as causas, as “origens” dos males que acometem o organismo; b) identificam-se os efeitos já provocados e os que virtualmente podem vir a ocorrer, caso não tratado; c) são propostas soluções para resolver o problema e fortalecer o “corpo”. A metáfora do Império enquanto “corpo” está expressa no próprio título do opúsculo: *Memorial orgânico*, fazendo do Império um organismo vivo, constituído a partir da associação harmoniosa de um conjunto de órgãos e membros, as províncias.

Na conclusão da segunda parte do *Memorial*, Varnhagen afirmou que nenhuma nação poderia viver sem cumprir uma das duas missões de qualquer existência política: ou guerrear para ganhar mais glória e se fazer respeitável, ou adquiri-la aperfeiçoando-se, quando já não se temesse uma agressão externa. A nação que faltasse com uma ou outra dessas missões suicidar-se-ia e teria de abdicar em mãos estranhas sua nacionalidade. Dessa maneira,

Se, em vez de madurar, apodrecemos roídos dos vermes, melhor fora acabarmos já de existir e nam pensarmos a vir ocupar um logar menos honroso na história das nações. Deixar-nos invadir por hordas selvagens vindas do polo vizinho – nunca (VARNHAGEN, 1850, p. 16).

Estava presente, portanto, uma linguagem da ciência médica. A apropriação da ordem médica para analisar a sociedade destacava a figura daquele que, pelo conhecimento especializado, está autorizado a analisar essa sociedade, fazendo o “diagnóstico” e um “prognóstico” ao apontar os problemas e as soluções para que ela atinja o progresso e a civilização (JANKE, 2009, p. 38). Portadores de uma educação diferenciada (padrão europeu ocidental), intelectuais como Varnhagen tinham por ocupação principal produzir mensagens dirigidas tanto aos seus pares quanto à arena política e, mesmo não estando ligados diretamente à política partidária, ocupavam cargos no governo.

Considerações finais

Se o trabalho do historiador for o de um “anjo registrador”, cuja tarefa é “recapturar” o passado nos seus próprios termos (SKINNER, 1998, p. 7), a tarefa de entender o projeto varnhageniano exposto no *Memorial* é a de buscar reconhecer neste, as linguagens do pensamento político do autor, que não estava descolado de seu tempo e das necessidades que creditava possuir o seu objeto de análise: o próprio Império brasileiro.

A escrita é uma ação política que visa o convencimento e a adesão, inserida em um contexto linguístico próprio (VOGT, 2011, p. 94) e o *Memorial orgânico* é um exemplo do uso do texto como intervenção política.

REFERÊNCIAS

JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Programa de pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

LIMA, Manuel de Oliveira. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1902. p. 2-7. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 de jul. 2017.

LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 123, p. 177-195, jun. 2011.

MAGALHÃES JR., Raimundo. Sales Torres Homem e O Libelo do Povo. In: _____. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. Recursos discursivos retóricos no ‘Memorial Orgânico’ de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. **Anais...** Londrina, 2005, p. 1-8.

PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005.

POCOCK, John. Introdução. In: _____. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009.

SKINNER, Quentin. Prefácio. In: _____. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O anjo e a história. Entrevista à Maria Lúcia Pallares-Burke. **Folha de São Paulo**, 16 ago. 1998. Mais, p. 6-7. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs16089805.htm>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

_____. Memorial orgânico oferecido á nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e litteraria**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851.

_____. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madri: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. **Memorial orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

VOGT, Débora. A linguagem como intervenção política: uma análise sobre a contribuição de Quentin Skinner. **Aedos**, Porto Alegre, n. 7, v. 3, fev. 2011.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Introdução. In: _____. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867**. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): pensamento diplomático. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013a.

_____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013b.

_____. Um balanço: o “Memorial orgânico” e o conservadorismo reformista do liberal Varnhagen. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico**: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX. Brasília: FUNAG, 2016.